

Secretaria de Estado da Infraestrutura
Departamento Estadual de Infraestrutura

Concurso Público • Edital 001/DEINFRA/2014

<http://deinfra.fepese.org.br>

ADVOGADO AUTÁRQUICO



FEPESE CONCURSOS



7 de dezembro



60 Objetivas
3 Discursivas



13h10 às 17h40



4 h30 de duração*



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.
- **3 folhas de resposta** numeradas e identificadas com código alfanumérico.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.
- o código alfanumérico das folhas de resposta confere com o da etiqueta colada na sua carteira.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não destaque folhas da prova.
- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Para cada questão objetiva são apresentadas 5 alternativas de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- As respostas das questões discursivas deverão ser transcritas para as folhas de resposta com caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta indelével, de cor azul ou preta.
- As questões discursivas serão corrigidas unicamente pelas folhas de resposta, não sendo válidas quaisquer anotações eventualmente feitas no caderno de provas.
- As folhas de resposta das questões discursivas **não** poderão ser assinadas ou conter qualquer desenho, palavra, letra ou sinal que possam identificar o autor.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo, o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado e as folhas de resposta das questões discursivas.

Questões Objetivas

(60 questões)

Direito Ambiental

5 questões

1. De acordo com a Lei de Competências Ambientais (Lei Complementar nº 140/11), assinale a alternativa **correta**.
- a. () A depender da abrangência territorial do impacto de uma dada atividade, ela pode ser licenciada, cumulativamente, pelo órgão de proteção ambiental municipal e estadual.
 - b. () O silêncio, do órgão licenciador, sobre o requerimento de expedição de licença ambiental implica sua emissão tácita até a edição de decisão administrativa definitiva.
 - c. (X) Órgãos de proteção ambiental de outros entes federados podem se manifestar, de modo não vinculante, nos processos conduzidos pelo órgão ambiental competente pelo licenciamento ambiental.
 - d. () Na hipótese de órgãos de proteção ambiental de dois entes federativos distintos lavrarem autos de infração ambiental contra um mesmo sujeito, em relação à mesma conduta, deve prevalecer o auto de infração que foi lavrado primeiro.
 - e. () Por atuação ambiental subsidiária entende-se a possibilidade de o órgão estadual de proteção ambiental licenciar empreendimentos potencialmente causadores de impactos ambientais de âmbito local, na hipótese de inexistir órgão ambiental capacitado no Município.
2. De acordo com a Lei de Competências Ambientais (Lei Complementar nº 140/11), assinale a alternativa **correta**.
- a. () Compete ao órgão municipal de proteção ambiental autorizar a supressão e o manejo de vegetação em empreendimentos licenciados e autorizados pelo Município, Estado ou União.
 - b. (X) Cabe ao Conselho Estadual do Meio Ambiente definir a tipologia das atividades capazes de causar impacto ambiental de âmbito local, a serem licenciadas pelos Municípios.
 - c. () Compete ao órgão estadual de proteção ambiental (FATMA) o licenciamento ambiental de toda construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
 - d. () Compete ao órgão estadual de proteção ambiental (FATMA) promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) instituídas pelo Estado de Santa Catarina.
 - e. () Compete aos Conselhos Municipais do Meio Ambiente definir a tipologia das atividades capazes de causar impacto ambiental de âmbito local, a serem licenciadas pelos Municípios.

3. Sobre os princípios de Direito Ambiental, assinale a alternativa **correta.**

- a. (X) O princípio do poluidor-pagador visa a internalização dos custos ambientais pelo agente causador de poluição.
- b. () O princípio da prevenção impõe a adoção de medidas tendentes a evitar a degradação ambiental mesmo diante da falta de provas científicas sobre a ameaça de danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente.
- c. () O princípio da precaução tem aplicação diante do perigo, conhecido pela ciência, da ocorrência de um dano ambiental por determinada atividade.
- d. () Para garantir a qualidade do meio ambiente, o princípio do retrocesso ambiental veda a implantação de atividades potencialmente degradantes em espaços ocupados por vegetação natural.
- e. () Por força do princípio da responsabilidade/reparação, a prática de condutas lesivas ao meio ambiente enseja a responsabilização penal, administrativa e cível do agente, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.

4. Sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), assinale a alternativa **correta.**

- a. () Ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) compete decidir, como última instância administrativa, os recursos interpostos contra a imposição de penalidades pelo IBAMA.
- b. () São órgãos seccionais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) os órgãos ou entidades estaduais e municipais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
- c. () O Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são órgãos executores do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- d. (X) Os Estados e Municípios podem suplementar e complementar normas e padrões de qualidade do meio ambiente, desde que observem as normas e padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- e. () A presidência do Plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) compete ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

5. De acordo com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00), assinale a alternativa **correta**.

- a. () As unidades de conservação da categoria Monumento Natural são compostas por áreas de posse e domínios públicos.
- b. () A Área de Proteção Ambiental e a Estação Ecológica são categorias de unidade de conservação do grupo de Unidades de Proteção Integral.
- c. () A zona de amortecimento é a porção de ecossistemas que liga unidades de conservação, e permite entre elas o fluxo de genes, facilitando a dispersão das espécies e a recolonização de áreas degradadas.
- d. () As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável têm por objetivo básico preservar a natureza, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos recursos naturais.
- e. (X) A Reserva Particular do Patrimônio Natural, a Floresta Nacional e a Reserva de Fauna são categorias de unidade de conservação do grupo de Unidades de Uso Sustentável.

Direito Constitucional

5 questões

6. Sobre o Direito Constitucional brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) As Constituições brasileiras de 1824 e 1937 são exemplos de Constituições outorgadas.
- b. () A Constituição brasileira de 1988 é classificada como escrita, promulgada e semirrígida.
- c. () É fundamento jurídico suficiente para a declaração de inconstitucionalidade de lei a violação das disposições constantes no preâmbulo da Constituição da República de 1988.
- d. () No Direito Constitucional brasileiro vigente não existem limites materiais para o poder de reforma.
- e. () As Emendas Constitucionais, por se tratar de manifestação do poder constituinte derivado, não podem ser objeto de declaração de inconstitucionalidade.

7. Sobre o controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa **correta**.

- a. () No controle difuso de constitucionalidade, a atribuição para julgamento das questões constitucionais cabe a um órgão jurisdicional superior ou a uma corte especial.
- b. () Os órgãos fracionários dos Tribunais são competentes, como regra, para declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos do Poder Público.
- c. () Qualquer partido político, devidamente constituído, é legitimado a propor ação direta de inconstitucionalidade.
- d. () O Supremo Tribunal Federal pode, por maioria simples de seus membros, restringir ou modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- e. (X) Pelo princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental não deve ser admitida quando houver outro meio juridicamente eficaz de sanar o estado de lesividade impugnado.

8. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A desapropriação só é admitida mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- b. (X) As pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos fundamentais, apesar de inexistência de disposição constitucional expressa neste sentido.
- c. () O sistema constitucional brasileiro não admite a existência de direitos fundamentais individuais afora os expressamente previstos na Constituição da República de 1988.
- d. () Os direitos e as garantias individuais previstos no artigo 5º da Constituição da República de 1988 não são extensíveis aos estrangeiros não residentes no país.
- e. () A abolição de direitos e garantias individuais por emenda constitucional depende de aprovação de, no mínimo, três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

9. Sobre as competências constitucionais, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Compete à União legislar privativamente sobre procedimentos em matéria processual.
- b. () É competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- c. () Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é atribuição privativa dos Municípios.
- d. (X) No âmbito da legislação concorrente, os Estados podem exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, enquanto inexistir lei federal sobre normas gerais em dado assunto.
- e. () Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre a criação, a funcionamento e o processo do juizado de pequenas causas.

10. De acordo com a Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A duração razoável do processo é um princípio implícito na Constituição.
- b. () Só por lei específica pode ser criada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
- c. (X) É lícita a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro técnico e científico quando houver compatibilidade de horários e respeitados os limites de remuneração do serviço público.
- d. () A União pode intervir nos Estados, para garantir a execução de decisão judicial, por requisição dos tribunais estaduais, federais e tribunais superiores.
- e. () As competências privativas do Presidente da República, previstas na Constituição, são indelegáveis.

Direito Civil

5 questões

11. De acordo com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Podem ser objeto de novação as obrigações nulas ou extintas.
- b. (X) Dá-se a novação quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- c. () Como regra geral, a novação não extingue os acessórios e garantias da dívida.
- d. () A novação por substituição do devedor não pode ser efetuada sem o consentimento deste.
- e. () Não implica exoneração do fiador a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal.

12. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a. () Os pródigos.
- b. () Os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- c. () Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d. () Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- e. (X) Os que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

13. Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A decadência não pode ser convencionada.
- b. () A renúncia da prescrição não pode ser tácita.
- c. (X) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- d. () Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- e. () A prescrição deve ser alegada em primeiro grau de jurisdição.

14. Nos termos do Código Civil brasileiro, assinale a alternativa **correta** sobre o direito das obrigações.

- a. () A solidariedade não se presume nem se convencional, resultando sempre da lei.
 - b. () Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
 - c. () Quando a prestação for indivisível e houver dois ou mais devedores, cada um será obrigado por sua cota parte.
 - d. (X) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
 - e. () Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito não se abrangem os seus acessórios.
-

15. Com base no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa **correta** sobre as pessoas jurídicas.

- a. () As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado.
- b. () Decai em 10 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado.
- c. (X) As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- d. () As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos.
- e. () As pessoas jurídicas obrigam-se pelos atos de seus administradores quando exercidos fora dos limites dos poderes definidos em ato constitutivo.

Direito Administrativo

10 questões

16. Assinale a alternativa **correta** em relação à organização da administração pública.

- a. (X) A criação de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada dependem de autorização legislativa.
 - b. () A criação de autarquia ou de fundação, seja de direito privado ou de direito público, é feita por decreto governamental quando tiverem por objeto social a realização de atividades, obras ou serviços públicos descentralizados da entidade estatal que as criou.
 - c. () A empresa pública, cuja lei que autoriza a sua criação estabeleça como objeto social a execução de atividades típicas do Estado, será regida pelo regime jurídico de direito público.
 - d. () A empresa pública ou a sociedade de economia mista, cujo objeto social seja a exploração de atividade comercial, prescinde de autorização legislativa para sua criação, devendo apenas as suas áreas de atuação estar contempladas em legislação específica.
 - e. () A imunidade tributária é extensiva às empresas públicas instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
-

17. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o instituto ao qual está sujeito o concessionário que transferir a concessão ou o controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente.

- a. () reversão
- b. (X) caducidade
- c. () encampação
- d. () retrocessão
- e. () anulação

18. Assinale a alternativa **correta** em relação aos serviços públicos.

- a. () A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, vedada a previsão de mecanismos de revisão.
- b. () A política tarifária nas concessões públicas não estabelece critérios diferenciados em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- c. () A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos do edital de licitação, devendo estar expressamente previstas a precariedade e a revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- d. (X) As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.
- e. () Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, não poderá o poder concedente impedir a participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

19. Assinale a alternativa **correta** em relação à revogação e à anulação do ato administrativo.

- a. () O Poder Judiciário quando instado poderá invalidar o ato administrativo, operando a anulação "ex tunc" e a revogação com efeito "ex nunc".
- b. () O direito da Administração de anular ou revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados.
- c. (X) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato administrativo.
- d. () Quando comprovado que não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, a Administração poderá convalidar todos os atos administrativos que apresentem vícios ou defeitos.
- e. () A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e deve anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

20. Assinale a alternativa **correta** de licitação e contrato administrativo.

- a. () Após produzir efeitos perante terceiros, a licitação ou o contrato administrativo não poderá ser revogado ou anulado.
- b. () Por se tratarem de institutos jurídicos que produzem efeitos em momentos distintos, a nulidade do procedimento licitatório não induz à do contrato dele derivado.
- c. () O contrato administrativo decorrente de regular processo licitatório não poderá ser rescindido de forma amigável ou administrativa, cabendo ao Poder Judiciário a competência para tal.
- d. () O exercício da prerrogativa de a administração, unilateralmente, rescindir, revogar ou anular o processo licitatório dispensa o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- e. (X) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o já executado pelo contratado e por outros prejuízos comprovados, contanto que não lhe seja imputável.

21. Assinale a alternativa **correta** em matéria de contrato administrativo.

- a. () É cabível o instituto da revisão para garantir a manutenção da equação econômica financeira do contrato frente aos aumentos inflacionários de determinado período.
- b. (X) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
- c. () A instituição, a alteração ou a extinção de tributos ou encargos legais, quando ocorrida após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicará o reajuste destes para mais ou para menos.
- d. () A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato deverá observar o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir.
- e. () A qualquer tempo poderá o contratado requerer o reajuste de preço do contrato na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

22. Em matéria de poderes administrativos:

1. A prática de ato administrativo vinculado possibilita o agente público eleger a opção que melhor atenda ao interesse público, respeitadas sempre a finalidade, a forma e a competência para a prática do ato.
2. Pela natureza regulatória dos direitos e garantias individuais, a discricionariedade estará sempre presente nos atos decorrentes do poder de polícia.
3. Por meio do poder hierárquico decorrem as prerrogativas de se delegar e avocar atribuições de fiscalização e de revisão de atividades e decisões proferidas por órgãos considerados inferiores.
4. O poder regulamentar é conferido ao chefe do Poder Executivo e visa garantir a fiel execução das leis, vedada a edição de decreto autônomo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

23. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () No exercício de suas atribuições, respondem objetivamente os servidores de uma autarquia que causem danos a terceiros.
- b. () A teoria da responsabilidade civil do Estado com base no risco integral se assemelha à responsabilidade objetiva na medida em que, para sua caracterização, basta o lesado demonstrar o nexo causal entre o dano e o comportamento da administração.
- c. (X) As concessionárias de serviço público respondem objetivamente pelos danos causados a terceiros, quer sejam usuários ou não dos serviços públicos concedidos.
- d. () A responsabilidade civil por danos causados pelos agentes prepostos do Estado é objetiva, limitando-se à indenização decorrente dos tais atos aos danos materiais.
- e. () De acordo com a teoria da responsabilidade civil objetiva, toda e qualquer ação comissiva ou omissiva, perpetrada por agente público e que causar dano a terceiro, gera a obrigação de repará-lo quando devidamente demonstrada a sua culpa.

24. Assinale a alternativa **correta** acerca do instituto da desapropriação.

- a. () Após a regular citação do réu, a imissão provisória da posse poderá ser deferida pelo juízo, mediante o depósito do valor em dinheiro.
- b. () A contestação poderá versar sobre vícios do processo administrativo de declaração de utilidade pública, de vícios do processo judicial ou sobre a impugnação do preço.
- c. () A desapropriação por interesse público deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- d. (X) O pagamento do preço será prévio e em dinheiro, podendo o ente expropriante deduzir dos valores depositados as dívidas fiscais, quando inscritas e ajuizadas.
- e. () Ao despachar a inicial, o juiz decidirá se estão presentes ou não os casos de desapropriação por utilidade pública, quando poderá indeferir a inicial se ausentes.

25. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- a. () A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa depende da comprovação efetiva da ocorrência de dano ao patrimônio público.
- b. () A prática de ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário.
- c. () A pessoa física, que não possui vínculos ou exerça função pública, ainda que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, não estará sujeita às penas da legislação especial de improbidade administrativa.
- d. () A aprovação das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas afasta a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa.
- e. (X) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

Direito do Trabalho

5 questões

26. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. (X) A remuneração das férias, ainda quando devida após a cessação do contrato de trabalho, terá natureza salarial para fins de constituição de crédito privilegiado na extinção ou falência da empresa.
- b. () A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, não retira do empregado o direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- c. () O empregado que for despedido sem justa causa, ou cujo contrato de trabalho se extinguir em prazo predeterminado, antes de completar doze meses de serviço, perderá o direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias.
- d. () Na cessação do contrato de trabalho, com ou sem justa causa, após doze meses de serviço, o empregado terá direito à remuneração proporcional relativa ao período incompleto de férias.
- e. () Na extinção do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado apenas a remuneração simples ou em dobro.

27. No curso do período aquisitivo, **perderá** o direito a férias o empregado que:

- 1. for suspenso preventivamente para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido.
- 2. permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de trinta dias.
- 3. deixar o emprego e não for readmitido dentro de sessenta dias subsequentes à sua saída.
- 4. tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

28. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () É vedada a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de empregados dentro da mesma empresa.
- b. () O fornecimento habitual de transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, integra o salário do empregado para todos os efeitos legais.
- c. () Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que excedam cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.
- d. () Em caso de dano causado pelo empregado, é vedado ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado causador, mesmo que esta possibilidade tenha sido previamente acordada.
- e. (X) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

29. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a. () Considera-se suspenso o contrato de trabalho por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- b. (X) O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.
- c. () O empregado terá o seu contrato de trabalho suspenso pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- d. () O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, é considerado justa causa para a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- e. () Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

30. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os intervalos de descanso poderão ser computados na duração do trabalho, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- b. () Será assegurado a todo empregado um descanso mínimo semanal de onze horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
- c. (X) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- d. () A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de dez horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- e. () Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.

Direito Tributário

5 questões

31. Nos termos do Código Tributário Nacional, é certo dizer que, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- a. (X) Analogia; princípios gerais de direito tributário; princípios gerais de direito público; equidade.
- b. () Analogia; princípios gerais de direito público; princípios gerais de direito tributário; equidade.
- c. () Princípios gerais de direito público; princípios gerais de direito privado; analogia; equidade.
- d. () Princípios gerais de direito público; princípios gerais de direito tributário; analogia; equidade.
- e. () Analogia; princípios gerais de direito público; princípios gerais de direito privado; equidade.

32. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito quando for expressamente interpretativa, sem o prejuízo da aplicação das penalidades.
- b. () A capacidade tributária passiva depende necessariamente da capacidade civil das pessoas naturais.
- c. (X) Como corolário da legalidade, o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- d. () Interpreta-se favoravelmente ao contribuinte a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- e. () A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.

33. Sobre os princípios constitucionais tributários, é **correto** afirmar:

- a. () Pelo princípio da isonomia, é vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitida a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- b. () De acordo com o princípio da irretroatividade, é permitido, excepcionalmente, cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- c. () Com base no princípio da anterioridade, é vedado cobrar o imposto sobre produtos industrializados em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d. (X) Segundo o princípio da legalidade, é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. É facultado ao Poder Executivo federal, contudo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
- e. () Pelo princípio de proibição de uso de tributo com efeito de confisco, é possível estabelecer critérios objetivos e apriorísticos como limitações do poder de tributar.

34. A respeito das espécies tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) As contribuições de melhoria têm como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- b. () Os impostos são tributos vinculados, ou seja, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de uma atividade estatal específica.
- c. () Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir empréstimos compulsórios, para o atendimento de despesas extraordinárias.
- d. () Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- e. () As taxas de serviço têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos ou privados, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

35. De acordo com o Código Tributário Nacional, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- a. () na data neles prevista.
- b. (X) na data da sua publicação.
- c. () 30 dias após a data da sua publicação.
- d. () 45 dias após a data da sua publicação.
- e. () 120 dias após a data da sua publicação.

Direito Processual

10 questões

36. Conforme disposto no Código de Processo Civil, é **correto** afirmar sobre a petição inicial.

- a. () É vedado ao autor formular pedido genérico nas ações universais.
- b. () É proibida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos.
- c. () Os pedidos são interpretados restritivamente, não se compreendendo no principal os juros legais.
- d. () É lícito formular pedidos alternativos, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- e. (X) Considera-se inepta a petição inicial quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

37. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () O juiz proferirá as decisões no prazo de 10 dias.
- b. (X) Despacho é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.
- c. () As partes poderão exigir recibo de arrazoados que entregarem em cartório.
- d. () Correm em segredo de justiça os processos que dizem respeito a casamento.
- e. () Os prazos processuais, estabelecidos pela lei ou pelo juiz, não se interrompem nos feriados.

38. É defeso ao magistrado exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

- a. (X) Quando conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
- b. () Quando for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- c. () Quando interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- d. () Quando alguma das partes for sua credora ou devedora.
- e. () Quando figurar como herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.

39. Sobre o procedimento sumário, é **correto** afirmar:

- a. () É inadmissível a realização de perícia.
- b. () Será observado somente nas causas cujo valor não exceda a 40 vezes o valor do salário mínimo.
- c. () O réu será citado para comparecimento em audiência de conciliação, com antecedência mínima de 15 dias.
- d. () São amplamente admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros.
- e. (X) Não será observado em ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

40. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta** a respeito dos recursos:

- a. (X) Dos despachos não cabe recurso.
- b. () O agravo retido depende de preparo.
- c. () O recorrente somente poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- d. () A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando condenar à prestação de alimentos.
- e. () Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime mantiver, em grau de apelação, a sentença de mérito.

41. Sobre o processo cautelar, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Cessa a eficácia da medida cautelar se não for executada dentro de 15 dias.
- b. () O protesto ou interpelação admite defesa e contraprotesto nos próprios autos.
- c. () O sequestro tem lugar quando o devedor, que tem domicílio, se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- d. (X) A produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial.
- e. () O mandado de busca e apreensão de pessoas ou de coisas será cumprido por três oficiais de justiça.

42. A respeito das provas no processo civil, é **correto** afirmar:

- a. () O juiz não poderá ser assistido por peritos para realizar a inspeção direta.
- b. (X) O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documento.
- c. () O juiz deferirá a produção de prova pericial mesmo que a prova do fato não dependa do conhecimento especial de técnico.
- d. () Compete às partes, até o fim da instrução, instruir o processo e juntar documentos aos autos.
- e. () A confissão judicial faz prova contra o confitente e atinge, igualmente, todos os litisconsortes.

43. Conforme disposto na Lei que regula a Ação Popular, o desvio de finalidade se verifica quando:

- a. () Não observadas as formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- b. () O resultado do ato importa violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- c. (X) O agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- d. () O ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- e. () A matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

44. De acordo com a ordem de preferência estabelecida na Lei de Execução Fiscal, a penhora ou o arresto incidirão inicialmente sobre os seguintes bens:

- a. () Veículos.
- b. () Direitos e ações.
- c. () Navios e aeronaves.
- d. () Móveis ou semoventes.
- e. (X) Pedras e metais preciosos.

45. Considerando o disposto na Lei do Mandado de Segurança, é **incorreto** afirmar:

- a. (X) A sentença que denegar ou conceder a segurança estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- b. () Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- c. () O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- d. () Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- e. () Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

Legislação do Estado de SC

5 questões

46. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Santa Catarina.

- a. () É vedada a acumulação de licença prêmio, devendo o servidor gozá-la no exercício seguinte a sua concessão.
- b. (X) A requerimento do servidor, a licença-prêmio poderá ser gozada em parcelas não inferiores a quinze dias.
- c. () Após cada triênio de serviço público estadual, o servidor público fará jus a uma licença com remuneração, como prêmio, pelo período de seis meses.
- d. () É facultada ao funcionário a conversão em dinheiro de até um terço da licença-prêmio, assim como gozá-la em parcelas mensais.
- e. () Durante o período de licença não remunerada ou no caso de licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, o período de contagem do período aquisitivo para licença prêmio será interrompido.

47. Assinale a alternativa **correta** sobre o procedimento e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

- a. () Cabe recurso de apelação da decisão que indeferir a petição inicial.
- b. () Proclamada a inconstitucionalidade da norma, julgar-se-á procedente a ação declaratória de constitucionalidade.
- c. (X) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc, salvo se o Tribunal conceder-lhe eficácia retroativa.
- d. () A decisão sobre a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos um terço dos integrantes do Órgão Especial do Tribunal.
- e. () Quando se tratar de lei ou ato normativo municipal, somente o Prefeito ou o Presidente da Câmara de Vereadores possui legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade.

48. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o processo administrativo tributário do Estado de Santa Catarina.

- a. () Os processos no Tribunal Administrativo Tributário, em primeira e segunda instâncias, serão apreciados e julgados pelos órgãos colegiados de composição paritária.
- b. () As autoridades julgadoras do Tribunal Administrativo Tributário são competentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou ato normativo de Secretário de Estado.
- c. () É indispensável a presença do advogado autárquico em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma, fato que implica sua ciência e intimação quanto a tudo que ali for decidido.
- d. () A reclamação, que não suspende dívida ativa, deverá ser apresentada no prazo de quinze dias contados da data do ciente ao sujeito passivo do ato fiscal impugnado.
- e. (X) A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra notificação fiscal.

49. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina.

- a. () O Procurador-Geral do Estado, chefe da advocacia do Estado, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado, será nomeado pelo Governador dentre advogados, maiores de trinta anos, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.
- b. () Aos advogados autárquicos e fundacionais é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da corregedoria.
- c. () A advocacia autárquica e fundacional é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a orientação jurídica e a defesa gratuitas, em todos os graus, dos necessitados, assim considerados os que comprovarem insuficiência de recursos, nos termos de lei complementar.
- d. (X) As autarquias e fundações públicas terão serviços jurídicos próprios, vinculados à Procuradoria-Geral do Estado, nos termos de lei complementar.
- e. () À advocacia autárquica e fundacional, subordinada ao Gabinete do Governador e vinculada tecnicamente à Procuradoria Geral do Estado, incumbe representar o Estado judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

50. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Santa Catarina.

- a. () A verificação dos requisitos necessários para o cumprimento do estágio probatório será efetuada pela chefia imediata do servidor em avaliação.
- b. () O servidor nomeado para cargo efetivo ou em comissão fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público.
- c. () O processo de avaliação do estágio probatório é sigiloso, salvo na hipótese de concluso para fins de exoneração, quando será concedida vista ao interessado para apresentar defesa.
- d. () O afastamento para frequência a cursos implicará a comprovação de assiduidade e aproveitamento, assim como nova avaliação para fins de verificação do cumprimento dos requisitos do estágio probatório.
- e. (X) Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, exceto férias e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.

Português

10 questões

Texto

Um entusiasta da Ilha e de suas belezas queixa-se da “quilometragem” do nome Florianópolis e confessa sua simpatia pelo apelido “Floripa”, a seu ver mais econômico, eufônico e informal. Além do que, o radical da palavra – Flor – passa a lembrar muito mais a planta do que a infame homenagem a Floriano Peixoto.

O holocausto de Anhatomirim, em que morreram filhos ilustres da Ilha, fuzilados pelo esbirro Moreira César – entre eles o marechal Manoel de Almeida Lobo D’Eça, Barão de Batovi – é uma lança sangrante, encravada no peito da Ilha Catarina, o que torna absurda a desinênciã “Cidade de Floriano”, incabível homenagem da vítima ao seu algoz.

Ocorre que, para o Bem ou para o Mal, história é história e não se devem apagar os acontecimentos. Faz parte da história da Ilha ter sido enganada pelo puxa-saquismo dos políticos, sabujos que homenagearam um carrasco. Por tudo, acho que os 120 anos de “Florianópolis” – proposto por Hercílio Luz, em 1894 – consolidaram a República, ainda que a homenagem não tenha sido bem-vinda.

Mudar o nome de uma cidade parecia tarefa simples apenas na Rússia, à época do chamado socialismo real. Cidades mudavam de nome como os deputados brasileiros de partido. Era o tempo dos nomes condenados e “reabilitados” pelo índice do Estado totalitário. Stalingrado, por exemplo, percorreu o ciclo completo. Chamava-se Tsarisyn. Em 90 anos chamou-se sucessivamente Stalingrado e Volgogrado. Hoje, voltou a se chamar Tsarisyn. Como Leningrado voltou a se chamar São Petersburgo.

Reabilitar o nome – pouco amável – de “Desterro” seria uma grande impropriedade. [...] Se algum nome fosse inevitável, que refletisse a simplificação total: Ilha de Santa Catarina – e pronto. Foi este o seu primeiro nome, dado por Sebastião Caboto. E continua sendo – embora aplicável à ilha, como acidente geográfico.

Mal ou bem, a história sedimentou “Florianópolis”. Melhor faríamos em aceitar esse fato e adotar, de vez em quando, o simpático apelido de “Floripa” – nome que traz uma flor embutida no nome.

RAMOS, Sérgio da Costa. Desterro, Floripa e a história. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 set. 2014. p. 21. (adaptado)

51. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () No 1º parágrafo, o autor não deixa claro quem é o entusiasta da Ilha a quem ele se refere.
- () No 2º e no 3º parágrafo, o autor justifica por que motivo o nome “Florianópolis” não lhe agrada.
- () Palavras e expressões usadas pelo autor ao longo do texto sugerem um tom crítico em relação à política e aos políticos.
- () O autor apresenta a razão por que o nome da cidade faz uma justa homenagem ao marechal Floriano Peixoto.
- () O autor não gosta de usar a palavra Floripa, uma vez que se trata de um apelido e não de um nome.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. (X) V•V•V•F•F
- b. () V•F•V•F•F
- c. () V•F•F•F•V
- d. () F•V•V•F•F
- e. () F•F•F•V•V

52. Analise o texto abaixo:

Se um cidadão comum resolvesse escrever ao marechal Manoel de Almeida Lobo D’Eça, o pronome de tratamento Vossa teria sido utilizado, pois este pronome é usado também para as altas patentes militares. A concordância com esse e outros pronomes similares faz-se com o verbo na pessoa e o possessivo será, dependendo do sexo da pessoa a quem é dirigida a correspondência.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. () Senhoria • terceira • o/a
- b. () Senhoria • terceira • seu/sua
- c. (X) Excelência • terceira • seu/sua
- d. () Excelência • segunda • teu/tua
- e. () Excelência • segunda • vosso/vossa

53. Assinale a alternativa com a pergunta que **não** encontra resposta no texto.

- a. () Por que o autor considera simpático o apelido “Floripa”?
- b. () Por que o autor considera infame a homenagem a Floriano Peixoto?
- c. () Por que o autor se refere ao fato histórico ocorrido em Anhatomirim como “holocausto”?
- d. () Por que as cidades da Rússia mudavam de nome de forma tão simples?
- e. (X) Qual a vantagem obtida pelos políticos ao homenagearem Floriano Peixoto com o nome de “Florianópolis”?

54. Coloque dentro dos parênteses da coluna 2 o número que corresponda ao sinônimo correto na coluna 1, sem ferir o sentido do texto.

Coluna 1

Coluna 2

- | | |
|-------------|---------------|
| 1. eufônico | () bajulador |
| 2. esbirro | () vil |
| 3. sabujo | () meirinho |
| 4. infame | () melodioso |

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () 2•1•3•4
- b. () 3•2•4•1
- c. (X) 3•4•2•1
- d. () 4•2•1•3
- e. () 4•2•3•1

55. Assinale a alternativa em que **todas** as palavras apresentam a grafia correta.

- a. () caráteres • exímio • louco
- b. () acarear • companhia • halo
- c. () prêmio • herói • conceção
- d. (X) privilégio • exceção • assessor
- e. () seara • imprescindível • registro

56. Em qual das orações abaixo, extraídas do texto, o travessão é usado unicamente para introduzir uma opinião pessoal do autor, substituindo a vírgula sem ferir o sentido do texto?

- a. () "... – Flor – ..." (1º parágrafo).
- b. () "... – entre eles o marechal Manoel de Almeida Lobo D’Eça, Barão de Batovi – ..." (2º parágrafo).
- c. () "... – proposto por Hercílio Luz, em 1894 – ..." (3º parágrafo)
- d. () "... – embora aplicável à ilha, como acidente geográfico." (5º parágrafo).
- e. (X) "Reabilitar o nome – pouco amável – de "Desterro", seria ..." (5º parágrafo).

57. Assinale a alternativa na qual a crase é **opcional**.

- a. () Escreve à Machado de Assis.
- b. (X) Narrou os acontecimentos à sua supervisora.
- c. () O marechal procedeu à execução de seu plano.
- d. () A invasão da Ilha ocorreu à uma hora da madrugada.
- e. () Não obedeceu às ordens judiciais, por isso foi preso.

58. Identifique abaixo as orações corretas (C) e as erradas (E) quanto à concordância verbal e nominal, conforme a norma culta atual da Língua Portuguesa do Brasil.

- () O relógio marcava meio-dia e meio.
- () Ele está quite com a Justiça Eleitoral.
- () Fazem muitos dias que não chove.
- () Houveram muitas execuções em Anhatomirim.
- () Era uma pessoa meia estranha.
- () São fatos históricos que não adiantam esconder.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () C • E • E • E • C • C
- b. () C • C • E • C • E • C
- c. () E • C • C • C • E • E
- d. (X) E • C • E • E • E • E
- e. () E • E • C • C • E • C

59. Analise o texto abaixo:

Correspondência é um meio de comunicação escrita entre pessoas. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (Brasília, 2002), entre os documentos abarcados pela correspondência, destaca-se o(a) , que só pode ser expedido(a) por órgão público. O(A) é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em níveis diferentes. Já o(a) é, em regra, dirigido(a) à(ao) Presidente da República por um(a) Ministro(a) de Estado, enquanto o(a) é o instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos, notadamente aquele(a) que é enviado(a) pelo(a) Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da Administração Pública etc.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. (X) ofício • memorando • exposição de motivos • mensagem
- b. () carta • ata • declaração • correio eletrônico (e-mail)
- c. () relatório • requerimento • inventário • telegrama
- d. () ofício • ata • inventário • bilhete
- e. () aviso • relatório • mensagem • memorando

60. Analise o texto abaixo:

No último parágrafo, o autor dá a entender que ele próprio é da Ilha ao usar o verbo "fazer" na do futuro do pretérito ("faríamos").

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas, sem ferir o sentido do texto.

- a. () crítico • primeira pessoa do plural
- b. (X) admirador • primeira pessoa do plural
- c. () historiador • primeira pessoa do singular
- d. () nativo • segunda pessoa do singular
- e. () amante • terceira pessoa do plural

Questões Discursivas

(3 questões)

Direito Administrativo

2 questões

1. O Departamento de Infraestrutura (DEINFRA) locou, por meio de dispensa de licitação com fulcro no artigo 24, X, da Lei de Licitações, um imóvel para instalar um escritório regional na cidade de Mafra. Então foi firmado, em 1º de janeiro de 2009, o Contrato nº 001/09 cujo prazo inicial era de um ano, e que vem sendo prorrogado por meio de aditivos de prazo até a presente data. O setor competente requereu a sua prorrogação para mais um ano (período referente a 1º/1/15 até 31/12/15).

O processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica do DEINFRA para análise e manifestação quanto à possibilidade e à legalidade do pedido de prorrogação formulado. Deve o candidato fundamentar a resposta.

2. Deve o candidato discorrer sobre os seguintes temas relacionados à desapropriação indireta:

1. conceito de desapropriação indireta.
2. conceito de juros compensatórios.
 - 2.1. o termo inicial de sua incidência.
 - 2.2. o percentual de incidência.
3. conceito de juros de mora.
 - 3.1. termo inicial de sua de incidência.
 - 3.2. percentual de incidência.
4. São devidos honorários advocatícios?
 - 4.1. qual o percentual?

Deve o candidato fundamentar a resposta.

Legislação do Estado de SC

1 questão

3. Em janeiro de 2014 foi sancionada e publicada uma lei que concedida determinada gratificação aos servidores do Departamento de Infraestrutura (DEINFRA). A legislação consignou que a referida gratificação é devida aos servidores lotados e em efetivo exercício no DEINFRA.

Diante de tais informações analise as seguintes situações:

1. Os servidores no DEINFRA à disposição de outros órgãos deverão perceber mencionada gratificação?
2. Os servidores do DEINFRA convocados por outros órgãos deverão perceber a mencionada gratificação?
3. Os servidores de outros órgãos à disposição do DEINFRA deverão perceber a referida gratificação?
4. Os servidores de outros órgãos convocados pelo DEINFRA deverão perceber a referida gratificação?
5. Os empregados públicos de outros órgãos, convocados ou em exercício no DEINFRA, fazem jus ao recebimento da referida gratificação?

Deve o candidato fundamentar a resposta.

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta. Não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal gráfico, desenho ou apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

Folha de rascunho



Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta. Não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal gráfico, desenho ou apelido que possibilite sua identificação.

QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

Folha de rascunho



Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta. Não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal gráfico, desenho ou apelido que possibilite sua identificação.

QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>